

INTERIOR

Força-Tarefa denuncia 114 promotores

O presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, desembargador Luis Gonzaga Brandão de Carvalho, recebeu ontem do advogado Arimatéia Dantas, que integra a Força Tarefa Popular, denúncia de que 114 promotores de Justiça se negaram a permitir o acesso das entidades representativas da sociedade às informações sobre o andamento de processos nas Comarcas do interior do Estado. O procurador-geral de Justiça do Estado, Antonio Ivan e Silva também foi acusado de obstruir o acesso às informações sobre quantos promotores estão à disposição do Ministério Público em Teresina e quantos estão lotados no interior do Estado.

Através do que foi chamado de "jornadas de cidadania ativas" as entidades que integram a Força-Tarefa Popular pediram, em 2000 e 2001, que fosse permitido o acesso ao andamento dos processos sobre prestações de contas das prefeituras, com base no artigo 5, inciso XXXIII da Constituição Federal.

Apenas seis promotores se pronunciaram a esse respeito. "Essa autoridades têm obrigação funcional de fazê-lo, portanto, os que se omitiram de atender à nossa solicitação, estão cometendo crime de responsabilidade, improbidade administrativa e prevaricação", explicou o advogado.

Arimatéia Dantas adianta que as entidades vão reeditar a terceira jornada das petições, agora em março, e se não houver uma resposta, vão denunciar os promotores à Justiça, "para que a sociedade possa tirar dos quadros do serviço público pessoas

que não querem trabalhar", acrescenta.

O advogado denunciou também o procurador-Geral Antonio Ivan, acusando-o de ser o responsável pela morosidade da Justiça em concluir os processos contra o crime organizado. "A falta de

informação do Dr. (Antonio) Ivan está contribuindo para que a gente não avance contra o crime no interior, contra falta de prestação de

contas pelas prefeituras, por exemplo", acusa.

Segundo Arimatéia Dantas, o procurador nunca informou quantos promotores estão à disposição do Ministério Público na capital e quanto estão lotados nas comarcas do interior. "O povo não sabe qual é a cara do Ministério Público no interior". (PP)

**ANTONIO IVAN
TAMBÉM É
DENUNCIADO
POR DANTAS**



BRANDÃO recebeu denúncia do advogado Arimatéia Dantas

Procurador não fornecerá informações

O procurador-geral de Justiça do Estado, Antonio Ivan e Silva, afirma que não vai fornecer as informações solicitadas pelo advogado Arimatéia Dantas a pedido dos próprios promotores de Justiça, que temem retaliações ou perseguição por parte do crime organizado.

"Não forneço nomes, endereços, em outras informações sobre os promotores, como quer esse advogado, porque entendo que essas autoridades precisam de reserva des-

ses dados, até para que não sejam importunados ou mesmo possam correr risco. Eu expliquei isso pessoalmente a essa comissão", garantiu Antonio Ivan.

Sobre a denúncia ao presidente do TJ, Antonio Ivan disse que não tem nada a declarar, principalmente se for denúncia de Arimatéia Dantas. "Se for denúncia dele, pode fazer quantas quiser.

Eu não temo nenhuma porque sempre me pautei na responsabilidade. O Mi-

nistério Público não vai servir de palanque para ninguém".

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Luis Gonzaga Brandão de Carvalho, vai solicitar do procurador Antonio Ivan esclarecimentos sobre as denúncias feitas pelo advogado Arimatéia Dantas.

Brandão considera grave o que foi colocado pelo advogado, mas vai esperar pela resposta do procurador para se pronunciar sobre o assunto. (PP)